



Número: **0801906-08.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **04/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.281,25**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA (AUTOR)		MARCIO DA SILVA DAVID (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28756600	04/03/2020 10:33	Petição Inicial	Petição Inicial
28756621	04/03/2020 10:33	01 Petição inicial	Documento de Comprovação
28756623	04/03/2020 10:33	02 Documentação médica - RG - Residência	Documento de Comprovação
28756628	04/03/2020 10:33	03 Procuração e hipossuficiência	Procuração
28756629	04/03/2020 10:33	04 BO	Documento de Comprovação
28756630	04/03/2020 10:33	05 Documento do inss	Documento de Comprovação
28756632	04/03/2020 10:33	06Dpvt aviso do sinistro	Documento de Comprovação
28756635	04/03/2020 10:33	07 Dpvt documento	Documento de Comprovação
28756637	04/03/2020 10:33	08 Dpvt exigência	Documento de Comprovação
28756641	04/03/2020 10:33	09 Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo	Documento de Comprovação
29134662	16/03/2020 11:15	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
29913971	16/04/2020 12:24	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
29913977	16/04/2020 12:24	GuiaCustas	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
29913988	16/04/2020 12:24	Contracheque	Documento Recibos Salariais
29913989	16/04/2020 12:24	2 contracheques	Documento Recibos Salariais
31551107	15/06/2020 16:46	Despacho	Despacho

INICIAL ANEXA EM PDF.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____° VARA CÍVEL DA
COMARCA DE JOÃO PESSOA- PB**

Elydinette Eclésia Ferreira da Silva, brasileira, solteira, supervisora, com CPF nº 084.660.434-54, residente e domiciliado na Rua Maria Lívia Alves Coelho, Nº 86 – casa 88, bairro Muçumagro, João Pessoa - PB, CEP: 58066-222, vem através de seus advogados legalmente constituídos nos termos da procuração em anexo, com endereço profissional na Av. Duque de Caxias, nº 470, 2º andar, sala 201, Centro, João Pessoa-PB, propor a presente

**AÇÃO PELO RITO ORDINÁRIO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE
DANOS PESSOAIS DPVAT**

Em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 09.248.608/0001-04 estabelecido na Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, Centro, Rio de Janeiro -RJ, CEP: 20011-904, pelas razões de fato e de direito que passam a expor:

DAS PRELIMINARES

I - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente a parte autora solicita a V.Exª se digne a deferir a Gratuidade de Justiça, na forma do art. 98 e 99 do NCPC, eis que não possui condição financeira para arcar com o ônus da presente demanda, sem que tal dispêndio traga, para si e sua família, prejuízo de subsistência.

DOS FATOS



Consoante comprova a inclusa documentação, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 11/01/2018, **O QUE LHE CAUSOU FRATURA DE VÉRTEBRA TORÁCICA (T6–T7) + LUXAÇÃO DE VÉRTEBRA TORÁCICA (T6–T7) + FRATURA DA CLAVÍCULA** D Como demonstra a documentação médica em anexo.

Acrescento ainda que a Autora até esta data ainda não teve sua recuperação efetiva e não se sabe se a terá, inclusive recebeu auxílio previdenciário (auxílio por incapacidade), conforme documento em anexo, sendo ainda incalculável os transtornos psicológicos sofridos pela mesma, sendo assim não restam dúvidas sobre as alegações da parte autora.

O pedido administrativo, sinistro registrado sob nº **3180278459**, teve a realização de perícia a fim de assegurar o direito da autora, o que não contemplou o total direito da parte autora, motivo pelo qual a parte autora solicita a V.Ex^a. para designar e nomear perito médico a ser indicado por este douto Juízo, a fim de que o Ilustre Expert, possa aquilatar as lesões bem como sua extensão de que padece a parte autora em razão do acidente em que foi vítima.

Outrossim, não há dúvida quanto ao fato, bem como suas consequências, pois está documentalmente provada a lesão sofrida, bem como a sua extensão, e ainda mais as sequelas que se potencializaram após seu tratamento, o que poderá ser ratificado através de perícia médica, pois a parte autora mesmo tendo ficado com sequelas graves do acidente, recebeu apenas a ínfima quantia de R\$ 4.218,75 (quatro mil duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

DO DIREITO

I – DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DA DIFERENÇA PAGA PELO SEGURO DPVAT

A questão vertente exige a exegese da norma constante dos arts. 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11.945/2009, pelo qual se depreende de modo inequívoco, que havendo INVALIDEZ PERMANENTE, o valor da indenização deve ser de até 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), a ser paga de acordo com o real grau de invalidez da vítima, que deverá ser aferido através de perícia médica, que ora requer a parte autora.

Dessa forma, **restando comprovado o acidente de trânsito e suas sequelas oriundas deste, faz jus a parte autora** ao recebimento do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NO VALOR DE ATÉ 13.500,00.

II – DA ELEIÇÃO DO FORO



No que tange ao respectivo foro eleito pela parte autora, a resolução do conflito de competência encontra supedâneo processual nos moldes dos artigos 94, caput; parágrafo único do art. 100, ambos do CPC. Em julgado recente, em sede de recurso especial respectivo, o E. STJ assim decidiu;

STJ – RECURSO ESPECIAL, REsp1357813/RJ2012/0262596-6.

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE COBRANÇA. ACIDENTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES – DPVAT. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, CAPUT, DO CPC. LOCAL DO ACIDENTE OU DO SEU DOMICÍLIO. ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC.

1. Para fins do art. 543 C do CPC: Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, **constitui faculdade do autor escolher entres os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente, ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo diploma).** 2. No caso concreto, recurso especial provido. Data de publicação: 24/09/2013. (grifo nosso).

Ainda em consonância com a **Súmula 540** do STJ que diz: *“Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu. ”*

Isso assevera o caráter eminentemente social do seguro DPVAT, sendo, portanto, imprescindível garantir a vítima o amplo acesso ao poder judiciário em busca do direito tutelado em lei.

III – DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML COM A PETIÇÃO INICIAL – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA



A fim de garantir o princípio da celeridade processual, vale-nos ressaltar, de antemão, que a Lei nº 6.194 **NÃO** atribuiu ao laudo do Instituto Médico Legal (IML) o caráter de documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT nos casos de invalidez.

Segundo o normatizado em seu Art. 5º “O pagamento da indenização será efetuado *mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.* ”

A toda prova, tal verificação pode ser feita por perícia médica a ser realizada na fase de instrução. Na verdade, os documentos indispensáveis de que trata o art. 369 e 283 do Código de Processo Civil devem ser entendidos apenas como aqueles necessários para que a ação possa validamente ser proposta, sob o aspecto formal, não se confundindo-a com a atividade probatória, voltada a prova dos fatos alegados, que é atinente ao aspecto material.

DOS PEDIDOS

Face ao exposto, a parte autora requer o que segue, em apelo para a entrega da prestação Jurisdicional da seguinte forma:

- a) seja concedido o benefício da Justiça Gratuita, nos moldes do art. 98 e seguintes do CPC;
- b) seja recebido o presente pelo **RITO ORDINÁRIO**;
- c) seja citada a parte ré para querendo responder a presente ação, sob pena de revelia;
- d) seja deferido o pedido de **PROVA PERICIAL MÉDICA**;
- e) seja a ré **CONDENADA** a pagar o valor de até R\$ 9.281,25 (nove mil duzentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos) corrigida monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da data do evento danoso;
- f) com fulcro no art. 319, VII do CPC a parte autora opta pela **NÃO** realização da audiência de conciliação;
- g) seja a ré, ainda, **CONDENADA** ao pagamento das custas processuais e juros, no que couber, bem como em honorários advocatícios no valor de 20% sobre o valor da condenação com base no art. 85, §2º do CPC.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.281,25 (nove mil duzentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).



Requer a parte autora, notadamente, a **PROVA PERICIAL MÉDICA**, imprescindível ao desfecho da lide, e ainda todas demais em direito admitidas, em especial, a prova documental superveniente, se necessário for.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

João Pessoa, 04 de março de 2020

Rebeca Henriques da Silva
OAB/PB 26.536

Marcio da Silva David
OAB/PB 24.087





Para: ELYDINETE ECLESIA FERREIRA DA SILVA
LAUDO MÉDICO

PACIENTE SOFREU ACIDENTE MOTICLÍSTICO NO DIA 11/01/18 COM TRAUMA RAQUIMEDULAR TORÁCICO COM LESÃO MEDULAR INCOMPLETA, SUBMETIDO À CIRURGIA DA COLUNA PARA DESCOMPRESSÃO, REDUÇÃO DA LUXAÇÃO E ARTRODESE TORÁCICA NO DIA 16/01/18.

APRESENTOU RECUPERAÇÃO PARCIAL DO DÉFICIT

EXAME NEUROLÓGICO ATUAL: PARAPARESIA CRURAL GRAU IV E HIPOESTESIA COM NÍVEL MEDULAR T6.

CID: S24 / G83 / M54

ATENCIOSAMENTE,

JOAO PESSOA, 11/07/2018.

Alecio Cristino E. dos S. Barcelos
Médico neuroCirurgiao - CRM 7104





LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE ELYDINETTE ECLEÉSIA FERREIRA DA SILVA

DADOS DE NASCIMENTO 08/11/89

NOME DA MÃE ZULMIRA FERREIRA DA SILVA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.054.812

N.º PRONTUÁRIO 106.541

DATA DO ATENDIMENTO 11/01/18

HORA DO ATENDIMENTO 08:57

MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA

DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DE VÉRTEBRA TORÁCICA (T6-T7) + LUXAÇÃO DE VÉRTEBRA TORÁCICA (T6-T7) + FRATURA DA CLAVÍCULA D

CID 10 S 22.0 + S 23.1 + S 42.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta (colisão moto x moto), trazida pelo SAMU, apresentando sonolência e certa confusão mental, dor em hemitórax D, transição tóraco-abdominal D, ombro D e dor lombar com parestesia, além de escoriações em mãos e pés. Glasgow 14/15. Avaliada pela equipe médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

TC do crânio

TC do tórax

RX do ombro D - AP e Oblíquo

RX do tórax - AP

RX da coluna lombar - AP e P

RX da bacia - AP

USG do abdome total - FAST

TRATAMENTO:

Fratura de vértebra torácica (T6-T7) + luxação de vértebra torácica (T6-T7) à TC do tórax. Fratura da clavícula D ao RX. Hemitórax traumático D à TC e ao RX do tórax. Sem alteração à TC do crânio. USG e ao outro RX. Realizado internamento e tratamento cirúrgico da fratura e luxação da coluna pelo Dr. Alecio Barcelos e equipe da Neurocirurgia e da fratura do ombro pelo Dr. Tibiríça Medeiros e Dr. Jacques Paiva da equipe da Ortopedia, além do hemitórax pela equipe de Cirurgia Geral.

ALTA HOSPITALAR: 14/02/18

DATA DA EMISSÃO: 10/05/18

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA
MÉDICO EM CLÍNICA
CRM: 2516/PB

Dr. Ewerton Noronha Teixeira

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS.

MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CNPJ Nº 07.912.868/0001-90

DATA DE EMISSÃO: 17 SET 2004

RUA VINHETTES, 10 - JARDIM SÃO CARLOS - FLORESTA - RECIFE - PE - CEP: 51210-000

FILIAL: Manoel da Silva

Zulmira Ferreira da Silva

NACIONALIDADE: João Pessoa, PB

PORTELA, Nasc. Nº 62553 Fls. 50v Liv. A-61 2º

Cart. V. Passoa, PB

CPF: *

José Pessoa - PA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.166 DE 29/08/63

 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
Secretaria de Recrutamento

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de inscrição:

084.650.434-54

Nome:

ELOYNETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA.

Nascimento:
08/11/1989



[illegible]



Receituário Médico

HEETSHL

Relatório Médico

Reunio Elydine de Eclise Ferreira da
Silve vítima de fatura torácica em
janeiro 2018 e evasão com para presença
apresenta melhora progressiva da dor e
do deficit motor, porém ainda segue com
limitações físicas que impedem de
realizar atividades diárias simples e movimento
de tronco e membros. Assim, sugiro prescri-
ção por período indeterminado que melhore
condição de saúde de que a seguir
UD: S220

Data:

29/10/2019

Médico - CRM

FNG/CC.002-1

Dr. Marcio da Silva David
ECLISE FERREIRA DA
SILVE





Ellydine Eclara Farias

Tratando vítima de TRM por acidente
motorístico em janeiro/2018. Apresenta
traumatismo medular, com repercussão
na subluxação da Artrodia facies
com desconforto de canal medular.
Apresenta múltiplos traumas, porém
ainda apresenta dificuldade de marcha
e equilíbrio devido ao traumatismo
neurológico/percussão.

MD: S22.0

Data: 31/01/18

Dr. David
Ribeiro
CRM-18.1243

Médico - CRM

FINOJCC002-1

DR. JIM UMBERTO CANTISANI FILHO
NEUROCIRURGIÃO - CRM-PB 1632

LAUDO MÉDICO

A paciente Elydineete Edeon,
portadora de síndrome de
"10-7-08" com quadro de fadiga,
dor lombar, apatia, dor
na cabeça, náuseas, vômitos, dor
na região cervical, dor no
tórax, dor no abdômen, dor
na região dos membros
inferiores.

João Pessoa, 06/04/19

Jim Cantisani

Dr. Jim Cantisani Filho
Neurocirurgião
CRM 1632



(83) 3221-1418 / 98653-8387
RUA BORGES PEREGRINO, 210 - TORRE
SALA 305 - 2º ANDAR
JOÃO PESSOA / PB

498217934



SAÚDE
UNIDADE
CUIDADO
VIDA

RECEITÁRIO MÉDICO - SUS

NOME: Elydnele Elaine

ferreira da Silva,

prof. - optometrista formado
de Fresturas de: clavícula

D, costelas D, 7º vértebra

dores. Submetido em

16/01/2018 a radiografia

dores. Apresenta dor

crônica na região de

dores e fôixa anterior

à D, encontrando nódulo

laxos em região posterior e

lateral do tronco e dor

na parte de trás de tronco.

Encaminhado para Hidro-
terapia. Admitido no Fono-
audiologia para avaliação

Assinado eletronicamente por: MARCIO DA SILVA DAVID - 04/03/2020 10:32:24

Assinado eletronicamente por: MARCIO DA SILVA DAVID - 04/03/2020 10:32:24

Assinado eletronicamente por: MARCIO DA SILVA DAVID - 04/03/2020 10:32:24





PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

Plágio de Felício Ferreira da Silva,
Nacionalidade Brasileira, Estado civil solteiro, Profissão Supervisor,
RG nº 32.12.964 PB, CPF nº 084.660.434-54, com domicílio na
Rua Duque de Caxias, nº 470, Centro, João Pessoa, nº 88,
Bairro: Macacanga, CEP: 58066-202, Cidade João Pessoa,
UF: PB, Pelo instrumento de procuração ao final assinado, nomeia e constitui seu bastante
procurador o Dr. **MÁRCIO DA SILVA DAVID**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob
o nº 24.087, **REBECA HENRIQUES DA SILVA** brasileira, advogada inscrita na OAB/PB nº
26.536 e Dra. **MARILENE JOSÉ DA SILVA VIANA**, brasileira, Bacharel em direito, inscrita
na OAB/PB sob o nº 11.500-E, com escritório profissional situado a Rua Duque de Caxias, nº
470, Centro, Cidade João Pessoa – PB, telefones respectivos nº (83) 9.8851-0213 – 9.9803-0263
e 9.9610-4221 E-mail: msilvadavida@hotmail.com.

A quem confere poderes, para o foro em geral, com a cláusula “*ad judicium*”, a fim de que em conjunto ou separadamente, possa defender os interesses e direitos do outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, Repartição Pública, Autarquia, Fundação ou Entidade Parastatal e Privada, propondo Ação competente em que o outorgante seja autor ou reclamante e, defendendo-o quando for réu, interessado, requerido ou reclamado, podendo reclamar, prestar declarações, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, requerer laudos médicos e afins, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e válido.

22. de Junho de 2020.

Plágio de Felício Ferreira da Silva

CPF nº 084.660.434-54

MÁRCIO DA SILVA DAVID
Advogado – OAB/PB 24087
Tel: (83) 9 88510213 (C) / (83) 9 98030263 (T/M) 9 9610-4221 T/M
Email: msilvadavida@hotmail.com
Rua Duque de Caxias, nº 470, Centro, Cidade João Pessoa – PB





DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Eu Poliana da Fátima Ferreira da Silva
Nacionalidade Brasileira, Estado civil solteira, RG nº.
3842967, CPF nº. 084.660.434-54 com domicílio na
Av. Maria Lúcia Alves Faria Nº 88, Bairro Alvarães,
CEP 08066-282, Cidade João Pessoa, UF: PB, afirmo, sob as
penas da Lei, que não disponho de condições financeiras suficientes para arcar com as custas e
despesas do processo sem que comprometa meu sustento próprio e da minha família.

Assim, requiro os benefícios da gratuidade Judicial
Constitucionalmente assegurada no art. 5º, inciso LXIV¹ c/c Art. 98º e ss do CPC/2015 e ainda,
Enunciado 29 da Súmula do E. Tribunal de Justiça².

22. de janeiro de 2020.

Poliana da Fátima Ferreira da Silva

CPF Nº 084.660.434-54

¹ CF, Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

... LXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

² CPC/2015, Art. 98, Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da Assistência Judiciária, à recorrer dos serviços da Defensoria Pública (publicado no DJ em 29, 30 e 31/05/1998).

MARCIO DA SILVA DAVID
Advogado – OAB/PB 24087

Telef: (83) 9 88510213 (Cel) / (83) 9 98030263 (Tfmx) 9 9610-4221 Tfm

Email: msdadvocacia@hotmail.com

Rua Duque de Caxias, nº 470, Centro, Cidade João Pessoa – PB





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01252.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01252.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:30 horas do dia 05 de julho de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Elydinette Eclésia Ferreira da Silva**, CPF nº 084.660.434-54, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero feminino, profissão Supervisora, filho(a) de Zulmira Ferreira da Silva e Manoel da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 07/11/1989 (28 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Maria Livia Alves Coêlho, Nº 88, bairro Muçumagro, tendo como ponto de referência Girador da Praia do Sol, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 99821-7934.

Dados do(s) Fatos:


Local: Helena Meira de Lima, Esquina do Motiva, João Pessoa/PB, bairro Tambaú; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 11/01/18 08:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE, segundo a notificante, no dia 11/01/2018, por volta das 08:00 horas, quando transitava pela rua: Helena Meira de Lima, no bairro de Tambaú, nesta Capital/PB com o veículo, tipo motocicleta, marca e modelo: Honda CG/125 FAN KS, ano e modelo: 2014 de cor preta, placa: OXO 5324/PB, chassi nº 9C2JC411OER0114, registrado em nome do notificante; QUE, segundo a notificante transitava normalmente a caminho do trabalho no sentido Muçumagro/Tambaú, e que no cruzamento próximo ao colégio motiva Ambiental um veículo tipo motocicleta YAMAHA XTZ de placa: OGB 4504/PB que era conduzido Aldi Ferreira Mendes da Silva, não respeitou a placa PARE, ACABOU POR COLIDIR NO VEÍCULO DA NOTIFICANTE; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA, CRM 2516/PB, DATADO DE 10.05.2018, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido(a) pelo corpo de bombeiro; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar. CID 10 S22.0+S23.1+S42.0-

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 05 de julho de 2018.


JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS
Agente de Investigação


ELYDINETTE ECLÉSIA FERREIRA DA SILVA
Noticiante

Procedimento Policial: 01252.01.2018.1.00.420





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO

NIT: 21027086375

Número do Benefício: 6266482197

Espécie: 91

Número do Requerimento: 194518967

Ao Sr. (a): ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

Endereço: COMERCIANTE ALFREDO FERREIRA DA RO 1173, MANGABEIRA

CEP: 58055541

Município: JOAO PESSOA

UF: PB

Assunto: Solicitação de Prorrogação de Benefício por Incapacidade.

Decisão: Deferimento do Pedido

Motivo: Constatação de Incapacidade Laborativa

Fundamentação Legal: Art. 59 da Lei nº 8.213, de 24/07/1991; Artigos 71 e 77 e § 2º do Art. 78 do Decreto nº 3.048, de 06/05/1999; § 6º do Art. 75 do Decreto nº 3.048/1999, com redação dada pelo Decreto nº 8.691/2016.

Em atenção à sua Solicitação de Prorrogação de Benefício por Incapacidade, apresentada no dia 15/06/2019, informamos que foi reconhecido o direito à prorrogação do benefício.

O pagamento do seu benefício será mantido até o dia 17/12/2019.

Caso considere o prazo insuficiente, o(a) senhor(a) poderá solicitar prorrogação do benefício, dentro do prazo de 15 dias antes de sua cessação, pelo número de telefone 135 da Central de Atendimento do INSS ou pela internet no endereço eletrônico: meu.inss.gov.br.

Caso considere o prazo suficiente, o(a) senhor(a) poderá retornar voluntariamente ao trabalho, não sendo necessário novo exame médico pericial, conforme parágrafo 6º do art. 75 do Decreto nº 3.048/1999, com redação dada pelo Decreto nº 8.691/2016.

Desta decisão poderá interpor Recurso, no prazo de 30 dias do recebimento desta comunicação, à Junta de Recurso do Conselho de Recursos do Seguro Social - JR/CRSS, pelo número de telefone 135 da Central de Atendimento do INSS ou pela internet no endereço eletrônico: meu.inss.gov.br.

Data, 17 de Junho de 2019

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Agência da Previdência Social: JOAO PESSOA TAMBAUZINHO

Endereço: RUA JUIZ OVIDIO GOUVEIA, S N JOAO PESSOA PB, PEDRO GONDIM

CEP: 58031030

Município: JOAO PESSOA

UF: PB

Termo de Responsabilidade: Responsabilizo-me, sob as penas do Artigo 171 do Código Penal, pela veracidade da documentação apresentada para a solicitação do benefício acima descrito.
Ciente,

Assinatura do Requerente / Representante Legal



Rio de Janeiro, 21 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

Nº Sinistro: 3180278459

Vítima: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

Data do Acidente: 11/01/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180278459**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12991844

Pag. 01045/01046 - carta_01 - INVALIDEZ

00020523



Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

Sinistro: 3180278459

Vítima: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

Data do Acidente: 11/01/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o **número 3180278459** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01839/01940 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 13369646



Rio de Janeiro, 28 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

Nº Sinistro: 3180278459

Vítima: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

Data do Acidente: 11/01/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180278459**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00511/00512 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13023032





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPRESSATRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para a entrega final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180278459 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

CPF/CNPJ: 08466043454

Posição em 29-02-2020 08:38:32

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00


Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
27/09/2018	R\$ 4.218,75	R\$ 0,00	R\$ 4.218,75

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
18/09/2018	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/4kF8MqGnCEYUVkLynapi_key=SnIdRDgzJqyMV51IfN9Hzn+ZIFErAnx6MvuorHu2Ne4=)
29/06/2018	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/nd4cE+2TI5YQ7EBTW7Psapi_key=SnIdRDgzJqyMV51IfN9Hzn+ZIFErAnx6MvuorHu2Ne4=)



22/06/2018	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/HG___jgKtLCLcmjslp99api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9Hzn+ZIFErAnx6MvuorHu2Ne4=)
------------	------------------------------------	---



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE



(</Pages/Acessibilidade.aspx>)



(</Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (</Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx>)

Documentos Invalidez Permanente (</Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx>)

Documentos Morte (</Pages/Documentacao-Morte.aspx>)

Dicas Indispensáveis (</Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx>)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (</Pages/Saiba-como-pagar.aspx>)

Consulta a Pagamentos Efetuados (</Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx>)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (</Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)



Serviços

- ## Dúvidas e Respostas

- ## Atendimento

- 

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0801906-08.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar a simulação da guia de custas*, e documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018.



João Pessoa/PB, 16 de março de 2020.


POLYANA GONCALVES LUCENA
Técnico Judiciário





Segue documentação exigida no ATO ORDINÁRIO nº 29134662, em PDF.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.1.20.26000/01
			Data de emissão: 11/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.626000 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 517,40 Promovente: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 139,22 - Despesas processuais postais: R\$ 47,77 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 705,74
			Desconto total: R\$ 0,00
866400000075 057409283181 520200430202 012026000013 			Valor final: R\$ 705,74

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.1.20.26000/01
			Data de emissão: 11/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.626000 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Promovente: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 47,77 - Com registro: R\$ 29,76 - Com AR: R\$ 5,00 - Cartas: R\$ 13,01			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 705,74
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 705,74

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.1.20.26000/01
			Data de emissão: 11/04/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/04/2020
Número da guia: 200.2020.626000 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,74
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 517,40 Promovente: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 139,22 - Despesas processuais postais: R\$ 47,77 Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - Para gerar nova guia, acessar app.tjpb.jus.br/custasonline, e escolher opção Consultar Guia.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 705,74
			Desconto total: R\$ 0,00
866400000075 057409283181 520200430202 012026000013 			Valor final: R\$ 705,74





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.626000

Data Vencimento: 30/04/2020

Data Emissão: 11/04/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Valor da Causa: R\$ 9.281,25

Despesas Processuais: R\$ 47,77

Custas: R\$ 517,40

Taxa: R\$ 139,22

Total da Guia: R\$ 704,39

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



Recibo de Pagamento (Folha de Pagamento)		Data e Assinatura			
Empregador CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PRINCIPADO I		Inscrição CNPJ: 07.599.506/0001-08		Admissão 01/03/2015	
Empregado 000003 ELYNETTE ECLESA FERREIRA DA SILVA		Cargo SUPERVISOR(A)		Competência Janeiro de 2020	
PS 21027086375	Matrícula	Agência	Conta	Tipo de Conta	
Discriminação das Verbas					
Cod.	Descrição	Referência	Provento	Desconto	
011	Salário-Base	19 dia(s)	1.103,75		
310	INSS	6%		51,12	
320	Vale-Transporte	6%		66,22	
321	Falta	4 dia(s)		232,37	
349	DSR Desconto	4 dia(s)		232,37	
			Total de Proventos 1.103,75	Total de Descontos 582,08	
				Líquido a Receber 521,67	
Salário Contratual	Base de Cálculo do INSS	Base de Cálculo do FGTS	FGTS	FGTS Contribuição Social	Base de Cálculo do IRRF
1.742,76	639,01	639,01	51,12		

Recibo de Pagamento (Folha de Pagamento)		Data e Assinatura			
Empregador CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PRINCIPADO I		Inscrição CNPJ: 07.599.506/0001-08		Admissão 01/03/2015	
Empregado 000003 ELYNETTE ECLESA FERREIRA DA SILVA		Cargo SUPERVISOR(A)		Competência Janeiro de 2020	
PS 21027086375	Matrícula	Agência	Conta	Tipo de Conta	
Discriminação das Verbas					
Cod.	Descrição	Referência	Provento	Desconto	
011	Salário-Base	19 dia(s)	1.103,75		
310	INSS	6%		51,12	
320	Vale-Transporte	6%		66,22	
321	Falta	4 dia(s)		232,37	
349	DSR Desconto	4 dia(s)		232,37	
			Total de Proventos 1.103,75	Total de Descontos 582,08	
				Líquido a Receber 521,67	
Salário Contratual	Base de Cálculo do INSS	Base de Cálculo do FGTS	FGTS	FGTS Contribuição Social	Base de Cálculo do IRRF
1.742,76	639,01	639,01	51,12		



Processo número - 0801906-08.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito]

AUTOR: ELYDINETTE ECLESIA FERREIRA DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: MARCIO DA SILVA DAVID - PB24087

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Analisando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, a autora é supervisora e declarou não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, juntando aos autos o contracheque do mês de Dezembro/2019 (ID 29913988); já o valor das custas processuais (ID 29913977) é de R\$ 705,74 (setecentos e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juiza de Direito

